

## CCJ aprova projeto que afasta da Mesa senador investigado

Regra, que ainda vai ao exame do Plenário, não é retroativa e só vale a partir de 1º de janeiro de 2008. Presidente da comissão, Marco Maciel considera positivo o acordo que permitiu o acolhimento da proposta por unanimidade

Célio Azevedo



À Mesa, Jarbas Vasconcelos (ao lado de Marco Maciel) apresenta seu parecer sobre a proposta

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto de resolução prevendo o afastamento preventivo de senador ocupante de cargo de corregedor da Casa, membro da Mesa e do Conselho de Ética e presidente de comissão que responda a processo por quebra de decoro. O autor da proposta, Delcídio Amaral, explicou que, quando o Conselho de Ética votar pela admissibilidade da representação, será aceita de imediato a denúncia contra o senador, que se afastará do cargo de direção. **Página 4**

## Acolhida proposta que regula greve de servidores públicos

Projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais define, para efeitos de greve de servidor público, atividades essenciais sujei-

tas a organização de escalas especiais de plantão. O objetivo é assegurar atendimento à população durante as paralisações. **Página 7**

Célio Azevedo



Mesquita Júnior, Paim e Expedito Júnior durante a discussão da proposta na CAS

## Mais recursos para os esportes

Atletas de diversas modalidades pediram ao Senado o aumento de 0,25% para 1% das verbas do Orçamento para os esportes. **Página 8**

## Portos podem ter R\$ 2,7 bi em 3 anos

Anúncio foi feito pelo representante da Secretaria Especial dos Portos ao ouvir, em audiência no Senado, críticas de Kátia Abreu. **Página 2**

## Criticada extinção de escola especial

Senadores protestaram contra decisão do governo de acabar com as escolas especiais, dentro do modelo da educação inclusiva. **Página 6**

## Colombo preside CPI que investiga repasses a ONGs

O Senado instalou ontem comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigará o repasse de recursos do governo federal para organi-

zações não-governamentais. Presidida por Raimundo Colombo, a CPI ainda deve escolher o vice-presidente e o relator. **Página 5**



Colombo (na foto menor) recebeu 10 dos 11 votos dos titulares da comissão

Márcia Kolumbe

Márcia Kolumbe



Em audiência na CRA, representante da Secretaria Especial dos Portos diz que há previsão de investimentos de R\$ 2,7 bilhões na modernização dos portos nos próximos três anos



Na CRA, Michel Dib Tachy (E), Sérgio Mendes, Luiz Antônio Fayet, Neuto de Conto, João Aparício, José Renato Fialho e Walneon de Oliveira

## Senadores defendem hidrovias e criticam administração portuária

Em audiência pública sobre logística e infra-estrutura de transportes para escoamento de safra, realizada ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Kátia Abreu (DEM-TO) criticou as administrações privadas e os órgãos públicos responsáveis pelos portos no Brasil.

A senadora disse que as falhas na infra-estrutura de transporte, falta de hidrovias e ineficiência dos serviços portuários provocam grande prejuízo ao agronegócio, e que mesmo assim os responsáveis pela administração dos portos anunciaram aumento de taxas portuárias em 21,3%.

O representante da Secretaria Especial dos Portos, João Aparício Costa, ressaltou que há previsão de investimentos de R\$ 2,7 bilhões na modernização dos portos nos próximos três anos. Ele também afirmou que entre os objetivos da secretaria estão eliminar as restrições operacionais aos navios de

cabotagem e reduzir o alto custo do abastecimento dos navios na costa brasileira.

O representante da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Luiz Antônio Fayet, frisou que o custo do transporte rodoviário – o mais utilizado no Brasil – chega até cinco vezes o do transporte hidroviário. Também destacou que, “dos R\$ 110 milhões previstos para investimentos no Programa de Aceleração de Crescimento, nada foi ainda liberado nesse setor”.

O diretor-geral da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais, Sérgio Mendes, afirmou que no Brasil mais de 70% das cargas do agronegócio são transportadas por rodovias, quando nos Estados Unidos 61% são transportadas por hidrovias.

O representante da Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antac), Walneon de Oliveira, declarou que a agência vem

promovendo seminários sobre os projetos de hidrovias brasileiras na busca de propostas para solucionar os problemas.

O diretor de infra-estrutura do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (Dnit), Michel Dib Tachy, disse que o Brasil tem um potencial de hidrovias superior a 60 mil quilômetros somente em rios. José Renato Fialho, representante da gerência de Desenvolvimento e Regulação da Navegação Interior, também participou da audiência que foi presidida pelo senador Neuto de Conto (PMDB - SC).

### Biocombustíveis

Antes da audiência, em reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, a CRA aprovou dois requerimentos de João Tenório (PSDB-AL), propondo audiências para discutir o mercado de etanol e as perspectivas de co-geração de energia nas usinas de açúcar e etanol.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário faz homenagem a Ulysses Guimarães

A sessão tem início às 14h. Na hora do expediente, os senadores prestam homenagem ao deputado Ulysses Guimarães, por ocasião do 15º aniversário de seu falecimento.

Em seguida, deverão analisar o projeto de resolução que autoriza o país a conceder garantia a uma operação de crédito externo a ser contratada pelo BNDES.

### Biodiesel e transporte aquaviário em debate na CI

A Comissão de Infra-Estrutura (CI) analisa, às 11h, pauta de quatro itens. Entre eles, o projeto que introduz o biodiesel na matriz energética brasileira e o que transforma em cumulativo o regime de contribuições incidentes sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços de transporte aquaviário.



### CE discute distribuição de conteúdo eletrônico

A produção, a programação e o provimento de conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico são os temas de audiência que a Comissão de Educação (CE) realiza juntamente com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro,

Música e Comunicação Social, às 10h. Entre os convidados, estão José Carlos Torves, diretor da Fenaj; Carlos Alkimim, diretor executivo da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura; e o cineasta Carlos Diegues.

### Difusão dos direitos das mulheres e crianças

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) reúne-se, às 9h, para analisar e votar cinco itens, entre eles o projeto que trata da difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos



direitos humanos, especialmente das mulheres e crianças. Também na pauta, proposta para permitir a cobertura de despesas de acompanhante de paciente idoso pelos planos e seguros de saúde.

### Comissão de Orçamento faz audiência em Salvador

Às 14h, ocorre a sexta audiência pública externa da Comissão Mista de Orçamento (CMO), no Plenário do Centro Cultural da Câmara de Vereadores de Salvador. A reunião

é destinada a ampliar a participação popular na elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2008/2011 e da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2008.

### Recursos orçamentários para o Exército

Às 10h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa os recursos orçamentários do Exército, em reunião com a presença do comandante dessa força militar, general-de-Exército Enzo Martins Peri.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Weiller Diniz

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim e Leif Bessa

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

**Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920**

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Tião Viana, Alvaro Dias, Papaléo Paes e Romeu Tuma

## MP tranca pauta do Plenário e adia deliberações

Ocupando a presidência da sessão ontem, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) leu ofício do 1º secretário da Câmara dos Deputados comunicando a aprovação do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 30/07, proveniente da Medida Provisória 381/07.

Como a MP foi publicada há mais de 45 dias, a matéria passou a trançar a pauta da Casa. O PLV abre crédito extraordinário de R\$ 6,32 bilhões para diversos órgãos do Poder Executivo.

O ingresso do projeto impediu a votação de qualquer matéria

da ordem do dia prevista para ontem, da qual já constavam 39 itens. Entre as matérias da pauta prontas para deliberação dos senadores estão duas indicações da Presidência da República para a diretoria da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);

uma indicação para a diretoria do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit); indicações de diplomatas para as embaixadas do Brasil no Catar, na Áustria e na Colômbia; e dez propostas de emenda à Constituição.



“Luiz Antônio Pagot não vai se livrar da minha fiscalização”, avisa Mário Couto

## Mário Couto anuncia ter assinaturas para pedir CPI do Dnit

Mário Couto (PSDB-PA) protestou ontem contra a aprovação pelo Senado, na terça-feira, do nome de Luiz Antônio Pagot para a direção geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). O senador anunciou já ter os nomes necessários para pedir a instalação de uma CPI destinada a investigar as ações do órgão.

– O senhor Pagot, que ganhou do Senado sem trabalhar, não vai se livrar da minha fiscalização e de meu partido – disse Couto, ao prometer ler os nomes dos que assinaram o requerimento de CPI.

Pagot teve 42 votos a favor de sua aprovação e 24 contrários, além de duas abstenções. Ele é acusado de ter ganho sem trabalhar no período em que atuou no Senado como secretário parlamentar do senador Jonas Pinheiro (DEM-MT) e do ex-senador Blairo Maggi (hoje governador de Mato Grosso), entre 1995 e 2002, ao mesmo tempo em que era diretor-superintendente da Hermosa Navegação da Amazônia S/A, pretencente ao grupo empresarial de Maggi com sede em Itacoatiara (AM). Pagot é hoje o primeiro suplente de Jayme Campos (DEM-MT), que foi relator de sua indicação (Mensagem 74/07) na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Mário Couto lembrou que relatório do Tribunal de Contas da União encontrou irregularidades em 77 das 213 obras que analisou, 23 delas no Dnit.

– Um orçamento de R\$ 12 bilhões precisa ser respeitado.

# Senado deve debater reforma tributária, propõe Mercadante

Ao sugerir que Congresso se antecipe ao envio de projeto pelo governo, senador diz antever espaço para redução de impostos sobre investimentos e folha de pagamentos

Aloizio Mercadante (PT-SP) propôs ontem que o Senado comece a discutir agora a reforma tributária antes mesmo que o governo envie ao Congresso sua proposta. Ele vê espaços para redução de impostos sobre investimentos e sobre a folha de pagamentos das empresas e entende que a Casa não pode centrar sua discussão tributária apenas na CPMF.

– Temos dado alguns passos para reduzir a carga tributária, de forma consistente e inteligente. O país não pode se prestar a uma aventura fiscal – afirmou.

Mercadante disse não aceitar a afirmação de que a reforma tributária aprovada pelos senadores há três anos e meio esteja paralisada na Câmara por culpa do governo. Ele sustentou que governadores e empresários também pressionaram para que o projeto não andasse, especialmente os governadores dos estados exportadores,



Para Mercadante, o Senado não pode centrar discussão apenas na CPMF

pois o imposto que substituirá o ICMS passará a ser cobrado nos estados consumidores.

Para o senador, o maior problema do país ainda está na deficiente infra-estrutura (especialmente estradas) e na oferta de energia, fatores que podem impedir que o crescimento seja ainda maior. Segundo ele, a economia está crescendo a uma taxa próxima de 5% ao ano impulsionada pelo

bom momento da economia internacional e, principalmente, graças ao aumento da renda interna. Lembrou que no governo Lula os 50% mais pobres tiveram um aumento de renda de 32%, enquanto a média dos trabalhadores obteve 20%. O crescimento da renda dos mais ricos foi de 16%, frisou.

Em aparte, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse temer que o país esteja entrando em um “círculo vicioso perigoso”, porque o governo tem aumentado os gastos correntes “de maneira exponencial”, o que acabará exigindo a manutenção “da elevada carga tributária” para cobrir as despesas. Ele criticou a visão do presidente Lula de que “choque de gestão” é contratar servidores públicos. Já Arthur Virgílio (PSDB-AM) manifestou preocupação com a estatística que apontou uma evasão escolar de 80% entre os beneficiários do Bolsa Família.

## Dornelles prevê “desburocratização radical” em marcas e patentes

Francisco Dornelles (PP-RJ) informou ao Plenário que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) prepara um plano estratégico que prevê uma “desburocratização radical” para eliminar os atrasos na concessão de marcas e patentes. Isso será obtido com a ajuda da internet.

Ex-ministro da Indústria e do Comércio, a quem está subordinado o INPI, o parlamentar pretende convocar a direção do instituto para falar aos senadores sobre o novo plano. Ele destacou que a qualidade dos serviços do órgão foi reconhecida internacionalmente durante a Assembléia da Organização Mundial de Propriedade Intelectual, instituição do sistema da Organização das

Nações Unidas (ONU).

Além disso, o INPI passou a ser a primeira autoridade internacional a examinar patentes em língua portuguesa. Com isso, empresas brasileiras ou de países de idioma português podem agora apresentar pedidos de patentes em todos os 137 países que integram a ONU, sem pagar por tradução.

O senador disse que o Congresso vem dando todo o apoio ao instituto para que este cumpra com eficiência sua parte na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior. Nos últimos anos, os parlamentares aprovaram aumento de salários e do quadro de servidores do órgão e a reestruturação de seu plano de carreira.

Francisco Dornelles informou



Dornelles acredita que mudanças vão eliminar atrasos nas concessões do INPI

que recentemente foi assinado convênio entre o INPI e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) para que seja criado o Centro Brasileiro de Material Biológico. O novo centro ficará responsável pelo depósito de material vivo patentado no Brasil, o que antes só podia ser feito em algum centro semelhante da Europa ou dos Estados Unidos.



Mão Santa: tributo influi no preço de mercadorias consumidas por pobres

## Mão Santa critica carga tributária e prega fim da CPMF

Ao criticar a elevada carga tributária incidente sobre os produtos de fabricação nacional, o senador Mão Santa (PMDB-PI) defendeu ontem, em Plenário, a extinção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Contestando argumento utilizado por membros do governo federal de que o tributo onera principalmente pessoas mais ricas, o senador lembrou que em muitas mercadorias consumidas também pelas camadas pobres da população, como xampu e sabonete, a CPMF entra de maneira relevante na formação do preço.

– Quando o pobre compra o sabonete para sua mulher ficar cheirosa ele deu a metade [do valor pago] para o presidente Lula. O pobre não pagou isso em cheque não, mas para fazer o sabonete rolou muito cheque – disse Mão Santa.

O parlamentar criticou ainda o elevado número de nomeações para cargos em comissão sob a responsabilidade do presidente da República no Brasil. Tomando a França como modelo de administração pública devido ao pequeno número de nomeações possíveis de serem feitas pelo chefe do executivo federal, Mão Santa leu trecho de discurso do presidente daquele país, Nicolas Sarkozy, no qual enaltece o valor do trabalho.

Passa na CCJ projeto afastando membro da Mesa ou do Conselho de Ética e presidente de comissão que responder a processo por quebra de decoro

Fotos: Célio Azevedo



Marco Maciel (D) conversa com Jefferson Péres durante reunião da CCJ

## Ação penal em foro privilegiado deve ter julgamento agilizado

O julgamento de ações penais em que há foro especial por prerrogativa de função, mais conhecido como foro privilegiado, poderá ser agilizado. Medida nesse sentido foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De acordo com o substitutivo ao PLS 281/07, ficará suspensa, após concluída a respectiva fase de instrução, a prescrição das ações antes da decisão final. A matéria ainda terá de ser votada em turno suplementar nessa mesma comissão.

Entre os beneficiados pelo foro especial, estão o presidente e o vice-presidente da República, senadores e deputados federais, ministros de Estado, governadores e determinados magistrados. Nos casos de crimes comuns e de responsabilidade, essas pessoas só podem ser julgadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ao justificar o projeto, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ressalta que os críticos desse foro especial o apontam como um incentivo à impunidade para os crimes comuns e de responsabilidade, “haja vista

uma espécie de arraigada tradição, nas Cortes superiores, de postergar indefinidamente a decisão final nesses tipos de feito”.

### Preservação

O parlamentar frisou que os defensores do foro especial indicam a necessidade de “preservar as autoridades públicas mais eminentes da Nação, impedindo, por exemplo, que o presidente da República seja afastado do cargo por qualquer juiz de primeira instância ou que um ministro de Estado seja processado por um sem-número de varas”.

Suplicy manifestou sua concordância com o substitutivo apresentado pelo relator da proposta, Jefferson Péres (PDT-AM). O senador pelo Amazonas declarou que suas modificações foram feitas para adequar a matéria aos critérios de constitucionalidade e juridicidade.

Jefferson lembrou que o Senado vem realizando importantes alterações no Código de Processo Penal para dar mais celeridade à Justiça e reduzir a impunidade, mas ele lamentou que seja pouco noticiado, uma vez que “somente as notícias negativas sobre a Casa ganham realce”.

## Suspensão de artigo de código do RJ

Projeto de resolução que suspende a execução do artigo 250 do Código Tributário do estado do Rio de Janeiro, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), foi aprovado ontem pela Comissão de Justiça e vai a Plenário.

Para o STF, o artigo contraria o inciso 55 do artigo 5º da Constituição, que assegura aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral o contraditório e a ampla defesa, “com os meios e recursos a ela inerentes”.

## Aprovada mudança no Código de Processo Penal

O substitutivo a projeto que altera o Código de Processo Penal para agilizar procedimentos foi aprovado ontem, em votação simbólica pela Comissão de Justiça (CCJ). A matéria promove modificações ao código, sendo a principal a criação de um novo rito para o procedimento ordinário e para o processo sumário.

O projeto (PLC 36/07) faz parte de um conjunto de proposições enviadas pela Presidência da República ao Congresso durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, visando reformar o Código de Processo Penal.

A proposta já havia sido aprovada em maio pela Câmara, onde tramitou como PL 4207/01. Com a aprovação ocorrida na CCJ, o texto agora será enviado ao Plenário do Senado.

Entre as alterações previstas na proposição, estão mudanças no procedimento ordinário, com audiência única para a realização de instrução e julgamento, e um novo procedimento sumário, também com audiência única. Para a relatora na CCJ, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), a redução do número de audiências tornará mais rápidos os processos na área penal.

## Criação de cargos no TRT/RN tem parecer favorável

Parecer favorável a projeto de lei que convalida 186 cargos comissionados criados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, sediado no estado do Rio Grande do Norte, foi aprovado ontem pela Comissão de Justiça. A proposta é de autoria do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Já acolhida pela Câmara, dos Deputados, a matéria (PLC 66/07), que teve como relator designado Demostenes Torres (DEM-GO), seguirá para deliberação do Plenário.

# Senador sob investigação pode ser afastado de cargo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, por unanimidade, substitutivo a projeto que dispõe sobre o afastamento preventivo de senador ocupante de cargo de corregedor da Casa, membro da Mesa, integrante do Conselho de Ética e presidente de comissão, enquanto estiver em análise representação que o sujeito à perda de mandato por quebra de decoro parlamentar.

O projeto (PRS 37/07), de autoria de Delcídio Amaral (PT-MS), foi relatado por Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). No entanto, o texto final foi fruto de muitos acordos entre os senadores. Uma das mudanças, ainda dependentes de votação em Plenário, é a fixação da data de 1º de janeiro de 2008 para início da vigência da proposta, que não será retroativa, ou seja, só as representações contra um senador apresentadas a partir dessa data serão examinadas pelas novas regras.

Outra mudança estabele-

lecida pelo parecer final de Jarbas Vasconcelos determina que o relator do processo contra um senador, no Conselho de Ética, será escolhido por sorteio, excluindo-se os senadores do mesmo partido do acusado e do autor da representação.

### Trâmite

O processo de recebimento de uma representação contra um senador, segundo a proposta, deverá ter o seguinte trâmite: a representação será recebida pela Mesa do Senado, que remeterá a questão para o Conselho de Ética. No conselho, será escolhido um relator para avaliar a admissibilidade da representação. Admitida a representação, instala-se o processo no colegiado e um relator – que poderá ser o mesmo – será escolhido para dar seu parecer sobre o assunto. No final, esse parecer será votado pelo conselho em escrutínio aberto.

– O projeto aprovado não retroage, não atinge Renan Calheiros [que enfrenta

processos no Conselho de Ética]. Só se houver uma representação nova contra ele a partir da vigência da lei – explicou o relator.

Delcídio disse que quando o conselho votar pela admissibilidade da representação, será aceita de imediato a denúncia contra o senador acusado, que terá de se afastar dos cargos de direção na Casa ou de comissões técnicas.

### Acordo

O presidente da CCJ, Marco Maciel (DEM-PE), elogiou o acordo para aprovar a matéria.

– Tancredo Neves costumava dizer que a história de uma nação é também a história de suas crises. Devemos sair dessa crise. Esse acordo foi algo muito positivo que vai concorrer para que possamos iniciar um novo estágio de nossa vida republicana – afirmou.

Por sugestão de Aloizio Mercadante, o substitutivo também estabelece que haverá um prazo para o julgamento da representação contra um senador, a fim de que não haja protelação.

## Jarbas: decisão é vitória ética do Senado

A decisão da CCJ foi considerada uma vitória pelo relator da matéria, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

– Precisamos de medidas moralizadoras e a aprovação do afastamento automático do senador que estiver sob investigação é um avanço, uma vitória tanto política como ética – ressaltou Jarbas, observando que a aprovação dessa proposta não pode ser transformada em luta entre governo e oposição.

Os senadores pelo PSDB Arthur Virgílio (AM) e Tasso Jereissati (CE) também aplaudiram a decisão.

– Essa é a resposta que o Senado deve dar à sociedade, em nome de sua imagem – disse Jereissati.

Também elogiaram a

aprovação da matéria, entre outros, os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), José Agripino (DEM-RN), Renato Casagrande (PSB-ES), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Sibá Machado (PT-AC), Marconi Perillo (PSDB-GO), Jefferson Péres (PDT-AM), Valter Pe-

reira (PMDB-MS), Romeu Tuma (DEM-SP), Pedro Simon (PMDB-RS) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

O único senador que criticou a medida na reunião da CCJ foi Wellington Salgado (PMDB-MG), que afirmou se tratar de uma cartilha para derrubar o presidente da Casa.



Relator na CCJ, Jarbas Vasconcelos (E) discute a matéria com Flexa Ribeiro



Renato Casagrande aplaude projeto aprovado pela Comissão de Justiça

## Senado vai mostrar uma nova imagem, afirma Casagrande

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) considerou de fundamental importância para a reputação do Senado a aprovação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do substitutivo do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) a projeto que determina o afastamento preventivo do senador ocupante de cargo de corregedor da Casa, membro da Mesa e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e presidente de comissão contra o qual for oferecida representação.

Para Casagrande, depois de acolhido pelo Plenário, o projeto mostrará o Senado ao Brasil “em nova fotografia, que será comparada depois com a de antes, quando o senador Renan Calheiros sofreu representações no Conselho de Ética”.

O senador ressaltou ainda que o presidente do Conselho de Ética, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), acertou ao voltar atrás e separar as relatorias da terceira e da quarta representação contra Renan no conselho, quando já havia indicado Almeida Lima (PMDB-SE) como o único relator para as dois processos. O outro relator ainda será anunciado por Quintanilha.

– Relatores com relação política exposta são prejudiciais ao equilíbrio do conselho – afirmou Casagrande, anunciando que Quintanilha prevê a votação das representações em, no máximo, 30 dias, impossibilitando que a matéria seja prorrogada para 2008.

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) aplaudiu a decisão do presidente do conselho à qual se referiu Renato Casagrande.

– O Senado não agüenta carregar mais um defunto nas costas para o ano que vem. Vamos retirar todos os esqueletos do armário – disse Camata.

Na instalação dos trabalhos, Heráclito Fortes, autor da proposta da comissão, sugere trabalho com isenção, equilíbrio e objetividade, para assegurar o aperfeiçoamento do terceiro setor

# Colombo preside CPI que apura repasse de verbas para ONGs

A Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não-Governamentais (CPI das ONGs) será presidida por Raimundo Colombo (DEM-SC). O senador foi eleito ontem, quando recebeu 10 do total de 11 votos dos titulares do colegiado, em reunião aberta por Jefferson Péres (PDT-AM), mais idoso senador presente.

Colombo assumiu a direção dos trabalhos e informou que a comissão deverá se reunir na terça-feira, às 13h, para escolha do vice-presidente e relator.

A CPI das ONGs foi criada com o objetivo de apurar, em 120 dias, a liberação, pelo governo federal, de recursos públicos para ONGs e para organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), bem como a utilização por essas entidades de tais recursos e de outros recebidos do exterior, entre 1999 e 2006.

Ao cumprimentar Colombo pela eleição, Heráclito Fortes (DEM-PI), autor do requeri-



Colombo informa que na terça-feira serão escolhidos o vice-presidente e o relator

mento de criação da CPI, chamou atenção para a necessidade de a comissão não se pautar por interesses exclusivamente políticos, a fim de que seus trabalhos possam aperfeiçoar o terceiro setor.

– E só poderemos fazer isso se essa comissão agir com isenção, com equilíbrio e, acima de tudo, com objetividade, livrando-se dos holofotes e optando pela operacionalidade e objetividade – afirmou Heráclito.

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse

acreditar que as investigações da comissão, além da identificação da possível utilização inadequada de recursos públicos, propiciarão oportunidade de se conhecer melhor a natureza de organizações sociais importantes, tais como os movimentos sociais pela moradia e pela reforma agrária.

A CPI das ONGs tem 11 titulares e sete suplentes. Há uma vaga ainda de suplente, a ser preenchida pelo bloco parlamentar da minoria.

## Agripino cobra segundo relator de representação contra Renan

O líder do Democratas, José Agripino (RN), comemorou a instalação da CPI das ONGs, em cumprimento a acordo fechado na terça-feira entre os líderes partidários. Ele também cobrou do presidente do Conselho de Ética, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), a indicação do segundo relator de uma das duas representações em curso no conselho contra o senador Renan Calheiros.

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) havia sido indicado por Quintanilha para atuar como relator da terceira e da quarta representação contra Renan, mas na terça-feira foi anunciada a tramitação em separado dos dois processos.

Agripino manifestou ainda o desejo de que sejam analisados em conjunto o substitutivo – aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – ao projeto que estabelece o afastamento automático de cargos na Casa de parlamentar que responda a processo por quebra de decoro parlamentar e o projeto de resolução que institui

o regimento interno do Conselho de Ética.

– Muitos duvidavam que matéria desse teor fosse ser aprovada – afirmou o senador, que não negou a relação existente entre o projeto acolhido na CCJ e a situação atual do presidente da Casa, Renan Calheiros, que enfrenta processos no Conselho de Ética. Agripino assinalou também o compromisso da relatora do projeto de criação do regimento do conselho, Lúcia Vânia (PSDB-GO), de apresentar no prazo mais curto possível seu parecer.

### Mercosul

O líder do DEM apresentou ainda requerimento à Mesa pedindo esclarecimentos ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, sobre a situação da Venezuela em relação a seu ingresso no Mercosul na qualidade de país membro.

Na opinião de Agripino, há uma série de exigências não cumpridas por aquele país que justificam sua não entrada no bloco até o momento.

Em aparte, o senador Sérgio



Agripino espera agilidade em projeto de um regimento para o Conselho de Ética

Guerra (PSDB-PE) fez um apelo a Quintanilha para que fizesse ainda ontem a indicação do segundo relator da representação contra Renan, “de forma a garantir a ordem dos trabalhos no Conselho de Ética”.

Mário Couto (PSDB-PA) e Romeu Tuma (DEM-SP) parabenizaram Heráclito Fortes por sua persistência para que a CPI das ONGs fosse instalada.

Já Cristovam Buarque (PDT-DF) questionou Agripino sobre sua manifestação a respeito da Venezuela, ponderando que não se pode confundir Hugo Chávez com o país que ele preside, pois “o governante passa, mas as relações com o Estado são permanentes”.



Alvaro diz que modelo político do país é retrógrado e condenado pela população

## Alvaro defende direito dos partidos sobre os mandatos

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse esperar que o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar ação sobre fidelidade partidária, reconheça que o mandato parlamentar pertence ao partido, e não ao candidato.

Na opinião do senador, “a vigência de um modelo político retrógrado, condenado pela opinião pública nas urnas por meio da abstenção ou do voto nulo, desgasta tanto as instituições políticas quanto os escândalos de corrupção”.

– Pesquisa recente aponta que só 11% dos brasileiros confiam nos políticos. Não há desesperança tão generalizada quanto a desesperança em relação às instituições públicas – disse.

Alvaro lembrou que 193 parlamentares trocaram de partido no atual período legislativo. Ele credita a “compromissos de campanha” muitos dos episódios de corrupção registrados na administração pública.

Ele afirmou lamentar que, embora o Senado já tenha aprovado projeto estabelecendo o financiamento público de campanha, a Câmara dos Deputados ainda não tenha apreciado a matéria e, “assim, o poder econômico continue a prevalecer nas disputas eleitorais”.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) clamou por medidas para evitar que se instale uma “cleptocracia” no país, com as decisões sendo tomadas por pessoas acostumadas a roubar.

## CORREÇÃO

O deputado George Hilton foi identificado incorretamente, em legenda da página 3 (“Brasileiros negociarão com cautela composição de parlamento”), na edição de ontem, como Matteo Chiarelli.

Geraldo Magela



Para Tião Viana, ministro demonstra desconhecimento sobre o assunto

## Viana repudia críticas de Temporão a projeto sobre custeio da saúde

Tião Viana (PT-AC) – foto – repudiou da tribuna críticas feitas pelo ministro da Saúde, José Gomes Temporão, a projeto de sua autoria sobre o financiamento da saúde pública no país, aprovado na terça-feira na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O ministro considerou a matéria aprovada “longe do aceitável”, o que gerou a indignação do senador, que lembrou tê-la apresentado em 2002, “com

tempo suficiente para o exame do Ministério da Saúde”. As críticas do ministro foram publicadas no jornal *O Estado de S. Paulo*.

A proposta regulamenta a Emenda Constitucional 29 e inclui como gastos em saúde nos executivos federal e estadual despesas com saneamento e pagamento de inativos. Estabelece ainda que os valores empenhados em saúde pelo governo federal serão reajustados pela variação

nominal do produto interno bruto (PIB) dos dois anos anteriores, o que proporcionará um aporte de R\$ 3,5 bilhões à área no próximo ano.

Temporão afirmou ao jornal preferir outra proposição, da Câmara, que obriga a União a gastar 10% das receitas brutas com saúde. Segundo Tião Viana, as críticas do ministro são infundadas e demonstram seu desconhecimento sobre o assunto. “Eu

mesmo já levei o projeto para ele ler e ele não leu”, protestou.

– Houve divergências na discussão da proposta por conta dos governadores. O ministro deveria discutir o assunto com eles, uma vez que há uma preocupação com suas responsabilidades sobre saúde e previdência – acrescentou, ressaltando que “o ministro faz um ataque incompreensível ao projeto, que ainda poderá ser modificado na Câmara”.

## Antonio Carlos Júnior cobra investimentos

Em discurso no Plenário, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) lembrou pesquisa publicada em setembro de 2006 pelo Ipea relacionando como restrições ao crescimento do Brasil problemas na infra-estrutura do setor elétrico e falta de investimentos. O senador lamentou que, um ano depois, nada tenha sido feito para superar as dificuldades.

– Infelizmente o governo não dá sinais de que pretenda mudar o eixo da destinação dos recursos arrecadados, gastando menos e investindo mais. Os investimentos, especialmente em infra-estrutura, ainda não ultrapassaram a fase das promessas. Não se vêem condições para que o setor de energia seja objeto de investimentos vigorosos, públicos ou privados – destacou Antonio Carlos Júnior.

Segundo o senador, também não mudou a disposição governamental de arrecadar cada vez mais. Ele observou que, enquanto a carga tributária vem crescendo, o Executivo diz estar promovendo uma desoneração tributária apelidada de “seletiva, gradual e segura”.

Antonio Carlos Júnior defendeu uma participação mais ativa do Senado na busca de alternativas para a política fiscal praticada pelo governo, “que arrecada cada vez mais e gasta mal”.

## Senadores protestam contra extinção de escolas especiais

Ministério da Educação deveria propor alternativas sem tentar acabar com o trabalho que a sociedade faz por meio das Apaes e das associações Pestalozzi, afirma Flávio Arns

A versão preliminar da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, divulgada pelo Ministério da Educação, recebeu o protesto de vários senadores. A principal queixa é que o documento orienta os sistemas de ensino a não criarem novas escolas especiais e a transformarem as existentes em centros de atendimento educacional especializado na produção de material e formação docente.

O primeiro a protestar foi Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Apesar de ser favorável à escola inclusiva (na qual o portador de necessidade especial tem o direito de frequentar a escola regular), ele observou que o Ministério da Educação não levou em conta, ao elaborar o documento, que as deficiências ocorrem em graus variados.

Já Flávio Arns (PT-PR) classificou de “impensável” a atitude do Ministério da Educação de propor o fim das escolas especiais. O



Proposta desconsidera variações nos graus de deficiência, aponta Azeredo

senador opinou que, se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tivesse tomado conhecimento do assunto, já teria proibido que a versão preliminar da Política de Educação Especial continuasse a circular na internet.

– Em vez de ir contra entidades como as Apaes [associações de pais e amigos de excepcionais], as associações Pestalozzi, as escolas de surdos, de paralisados cerebrais ou de autistas, o Ministério

da Educação deveria propor alternativas sem tentar acabar com o trabalho que a sociedade já faz, e bem. Desvalorizar, desprestigiar e desqualificar essas entidades é um crime cometido por pessoas que não entendem da área – afirmou Flávio Arns.

O senador Romeu Tuma (DEM-SP) também classificou de “crime” a proposta do governo de acabar com as escolas especiais. Por sua vez, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) disse lamentar que, apesar de existirem diversas organizações não-governamentais “picaretas”, o Executivo esteja pretendendo extinguir as escolas especiais, que têm atuação reconhecida não apenas no Brasil, mas em diversos outros países. Já Renato Casagrande (PSB-ES) observou que o ministro da Educação, Fernando Haddad, é sensível ao tema “educação especial” e, por isso, corrigirá qualquer equívoco que tenha sido cometido.



Geraldo Magela

Garibaldi propõe seguro-desemprego para produtor rural vítima de estiagem

## Garibaldi quer benefício para agricultor familiar

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) comunicou ao Plenário a apresentação de projeto que determina “a concessão do benefício de seguro-desemprego durante o período de eventuais calamidades naturais ao trabalhador rural que exerça sua atividade individualmente ou em regime de economia familiar”.

– Não trago mais apenas o problema; estou trazendo a solução – afirmou Garibaldi, lembrando que os trabalhadores na agricultura familiar são os mais afetados pelas calamidades.

O senador informou que 20,6 milhões de pessoas vivem no semi-árido, sendo 9 milhões na área rural. O conhecido Polígono das Secas, acrescentou, tem 952 mil quilômetros quadrados.

De acordo com Garibaldi, o impacto financeiro de sua proposta (PLS 577/07) seria de, no máximo, R\$ 712,8 milhões para atender a 350 mil trabalhadores no primeiro ano; e de R\$ 817,3 milhões para 367 mil trabalhadores no segundo ano. São, segundo o senador, números bem menores que os disponíveis na reserva de contingência do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Ele enfatizou que o dispêndio poderá ser nulo nos anos em que não ocorrer estiagem. A proposta, disse ainda, incentivaria o ingresso na Previdência Social de cerca de 5% dos trabalhadores a cada ano.

## Mesquita Júnior pede cumprimento de acordo com funcionários da PF

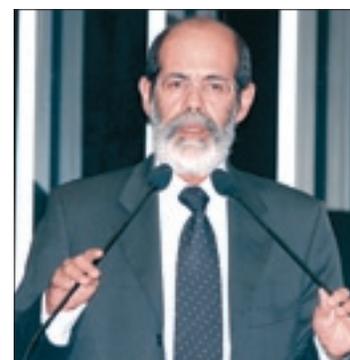
O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) fez um apelo ao governo para que cumpra acordo salarial feito com os servidores administrativos da Polícia Federal. Essa falta de entendimento levou a categoria, conforme assinalou, a se colocar em estado de greve.

– Não se pode negligenciar os servidores administrativos, pois isso compromete a atuação da Polícia Federal. O governo cria muitos cargos comissionados,

mas dá pouca atenção aos funcionários de carreira – criticou.

Em aparte, Romeu Tuma (DEM-SP) informou ter recebido ontem uma comissão de servidores administrativos da PF e declarou apoio às suas reivindicações. Na sua opinião, essa é uma categoria que merece todo o respeito pela competência e pelos serviços prestados à sociedade.

Os senadores pelo PMDB Garibaldi Alves Filho (RN) e Mão Santa (PI) endossaram o apelo



Roosevelt Finheiro

Governo dá pouca atenção aos servidores de carreira, acusa Mesquita Júnior

de Mesquita Júnior. Mão Santa aproveitou para protestar contra “os 25 mil aloprados que se infiltraram no serviço público”.



Moreira Mariz

“Gastos em infra-estrutura não passam de promessas”, diz Antonio Carlos Júnior

## Gilvam Borges relata reunião da bancada do Amapá

Gilvam Borges (PMDB-AP) relatou ontem o resultado da reunião entre a bancada do Amapá no Congresso e o ministro do Trabalho, Carlos Lupi. O senador disse que foi discutido o projeto do Orçamento para 2008 em relação às necessidades do ministério e que a conclusão é que há necessidade de investimentos na área de qualificação e reciclagem de trabalhadores. Ficou decidido que a bancada apresentará emenda destinando recursos para o setor.

O senador anunciou que os representantes do estado encaminharam ofício ao ministro das Cidades, Márcio Fortes, pedindo verbas para ampliação da Avenida Duque de Caxias, que liga Macapá a Santana.



Autores da proposta destacam possível fim da pobreza, diz Suplicy

## Suplicy registra ação espanhola por renda mínima

Reportagem publicada ontem pelo maior jornal espanhol, *El País*, sobre a proposta de dois partidos políticos de esquerda para a criação de uma renda cidadã na Espanha, foi alvo de comentário de Eduardo Suplicy (PT-SP), que destacou a importância da tentativa, derrotada no Congresso daquele país.

A renda cidadã espanhola, segundo Suplicy, não distinguiria ricos de pobres e seria recebida por crianças (5 mil euros anuais), adultos e idosos (10 mil euros anuais), ao custo de 310 milhões de euros por ano. Ele disse que os autores assinalaram que a medida poderia acabar com a pobreza e daria independência aos trabalhadores diante dos empresários e aos jovens e às mulheres.

## Substitutivo a projeto de Paulo Paim define serviços e atividades essenciais que devem ter escala especial de plantão organizada



Senadores da Comissão de Assuntos Sociais vão discutir proposta com sindicalistas, servidores e representantes da administração pública

## Nova regra para greve no serviço público

Foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) substitutivo de Expedito Júnior (PR-RO) relativo a projeto de Paulo Paim (PT-RS) que regulamenta o direito de greve dos servidores públicos. A matéria será examinada agora pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

O projeto (PLS 84/07) não constava na pauta da CAS, mas, por votação dos parlamentares presentes, foi incluído como item extrapauta. A proposta define quais são os “serviços

e atividades essenciais” no que se refere ao direito de greve, conforme trata a Constituição federal.

No projeto original de Paim, apenas serviços de “urgência médica necessários à manutenção da vida” se enquadrariam nessa categoria. Em seu substitutivo, Expedito Júnior incluiu na lista os serviços de necropsia, liberação de cadáveres, exame de corpo de delito, distribuição de medicamentos do Sistema Único de Saúde (SUS), atividades policiais de segurança pública e penitenciária e serviço de controle

do tráfego aéreo.

O substitutivo manteve dispositivo do projeto original determinando que, em caso de greve deflagrada em uma dessas categorias, os trabalhadores responsáveis por esses serviços ficam obrigados a “organizar escalas especiais de plantão” para atender à população sem trazer risco à vida dos cidadãos. Mas o texto do relator retira artigo do projeto original que vedava a interferência de autoridades públicas, mesmo judiciárias, no exercício da greve dos servidores.

– Essa vedação seria in-

constitucional. Não se pode excluir do âmbito do Judiciário lesão ou ameaça de lesão a direitos do cidadão – afirmou o relator.

Ficou decidido ainda que Paim requererá realização de audiência pública conjunta da CAS e da CCJ para discutir a matéria, ouvindo sindicalistas, servidores e representantes da administração pública. A presidente da CAS, Patrícia Saboya (PDT-CE), disse que uma audiência sobre o assunto permitirá “discutir de maneira exaustiva o projeto para oferecer a melhor solução à sociedade”.

## Paim elogia substitutivo de Expedito Júnior

Paulo Paim saudou ontem, em Plenário, a aprovação do substitutivo do senador Expedito Júnior ao projeto de sua autoria que regulamenta o direito de greve dos servidores públicos. A matéria foi acolhida ontem na Comissão de Assuntos Sociais e agora será analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em caráter terminativo – se aprovada, seguirá direto para a Câmara, caso não haja recurso de nove senadores para apreciação da proposta pelo Plenário.

O senador elogiou o substitutivo de Expedito Júnior, que foi aprovado por unanimidade. Ele também saudou o ministro da Previdência e Assistência Social, Luiz Marinho, por ter dado agilidade no atendimento aos pedidos de concessão de aposentadoria encaminhados ao ministério. Segundo ele, o prazo atual para a concessão do benefício é de 30 dias, contra os 60 dias verificados anteriormente.

### Trabalhador rural

O senador registrou ainda a mobilização feita pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo do Sobrado (RS), contrário a qualquer proposta de reforma da Previdência que amplie a idade exigida do trabalhador rural para efeito de concessão de aposentadoria. Na avaliação do parlamentar, qualquer alteração nas normas atuais da Previdência sobre a matéria só poderá vigorar para os trabalhadores que ingressarem no regime previdenciário a partir da aprovação da mudança.

Paim comunicou ainda ter recebido documento encaminhado pelo Sindicato Nacional de Docentes, intitulado “Em Defesa da Universidade Pública e da Valorização do Trabalho Docente”. De acordo com o senador, desde maio os professores vêm negociando a reposição salarial da categoria, em entendimentos mantidos junto ao Ministério do Planejamento.

## Projeto regulamenta trabalho no exterior

A Comissão de Assuntos Sociais acatou, na reunião de ontem, substitutivo de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) relativo a projeto de Valdir Raupp (PMDB-RO) que estende a todos os trabalhadores enviados para o exterior, ou contratados no Brasil para prestar serviços em outros países, as determinações da lei (7.064/82) que regulamenta o trabalho de engenheiros brasileiros em outros países. A proposta será agora examinada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A lei se aplicará apenas a trabalhadores enviados ao exterior para prestar serviços em outros países por período superior a seis meses, de acordo com o substitutivo. O texto determina que o empregado, além de passagem de ida e volta, deverá receber da contratante o pagamento

de diárias ou então o reembolso de gastos com alimentação, transporte e hospedagem durante o período de trabalho no exterior. O substitutivo ao projeto (PLS 275/07) também estabelece um acréscimo de pelo menos 25% no salário do empregado, pago como adicional de transferência.

O senador Paulo Paim se disse favorável à proposta, uma vez que pretende “preservar a dignidade dos trabalhadores”, e afirmou que apresentará requerimento pedindo a realização de audiência pública na CRE, com o presidente do Conselho Nacional de Imigração, Sérgio Paulo de Almeida, para discutir a matéria.

Foi retirado da pauta da CAS, a pedido do relator, senador Jayme Campos (DEM-MT), o projeto de lei (421/07) que trata da isenção total do pagamento do Imposto de Renda Pessoa Física relativo aos

rendimentos de aposentadoria e pensão para maiores de 70 anos.

O relator pediu a retirada de pauta após ter sido alertado pelos senadores Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Flávio Arns (PT-PR) e Paulo Paim para o fato de que a lei isentaria todos os aposentados, inclusive os que têm maior renda. Mesquita Júnior sugeriu a criação de um limite para a isenção que conjugasse idade e renda. Segundo Paim, sem um limite na isenção ficaria até difícil explicar aos eleitores a aprovação da matéria.

Os senadores da comissão também determinaram o envio à CPI do Apagão Aéreo do relatório de atuação conjunta do Ministério Público e da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho sobre a situação trabalhista dos controladores de tráfego aéreo.

## Transplante de órgãos em debate

O transplante de órgãos será tema de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, como ficou determinado ontem pela aprovação de dois requerimentos nesse sentido.

Os convidados para o debate, entre eles o médico Dráuzio Varella, deverão participar de uma mesma audiência para discutir o projeto (PLS 408/05) da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que trata da doação de órgãos depois da morte ou em vida.

O primeiro requerimento foi apresentado pelos senadores Augusto Botelho (PT-RR) e Flávio Arns (PT-PR) e o segundo, pela própria Lúcia Vânia.

Presidente da Comissão de Educação anuncia que pretende apresentar emendas propondo mais recursos para a atividade

Márcia Kallume



Cristovam, ao lado de Zambiasi e da deputada Manuela D'Ávila, acompanha exibição do mímico Miquéias Paes

## Atletas reivindicam 1% do Orçamento para o esporte

Atletas de diversas modalidades pediram ontem, em encontro na Comissão de Educação (CE) do Senado, a destinação ao esporte de mais verbas do Orçamento da União para 2008. O projeto enviado pelo governo ao Congresso prevê para a atividade 0,25% das verbas orçamentárias, montante que os atletas querem aumentar para 1%. Eles participaram do Dia Nacional de Mobilização pelo Esporte.

O presidente da CE, Cristovam Buarque (PDT-DF), manifestou o seu apoio ao pleito. A proposta está em discussão na Comissão Mista de Orçamento, e dentro de alguns dias entrará na fase de recebimento de emendas. O senador disse que pretende apresentar

emendas propondo mais recursos para o esporte.

Conforme explicou o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), o percentual de 1% corresponde a recursos da ordem de R\$ 1,2 bilhão. Estão previstos R\$ 273,5 milhões no projeto.

Hugo Hoyama, campeão olímpico de tênis de mesa e medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro 2007, manifestou otimismo com o apoio recebido no Senado.

O presidente da Federação Brasileira dos Desportos Aquáticos, Coaracy Nunes Filho, afirmou que os resultados obtidos no Pan pelos atletas brasileiros mostram que eles têm condições para disputar os Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008, mas ressaltou que não há

trabalho que possa ser feito pelos dirigentes esportivos sem recursos financeiros correspondentes.

### Plenário

Depois da reunião na CE, os atletas seguiram para o Plenário da Casa, onde Alvaro Dias (PSDB-PR) elogiou os esportistas, chamando-os de “campeões da persistência”, e reiterou o apoio à solicitação por mais verbas. Eduardo Suplicy (PT-SP) parabenizou os atletas e agradeceu a “alegria” que deram ao povo brasileiro nos Jogos Pan-Americanos.

Compareceram ao Senado atletas de várias gerações, como Tiago Camilo, Nelson Prudêncio, Rogério Sampaio, Flávio Canto, Marcelo Melo, Paulo Mariutti e Fernando Ávila.

## Ministro propõe ampliação da infra-estrutura

Em encontro com o presidente da Comissão de Educação (CE), senador Cristovam Buarque, o ministro do Esporte, Orlando Silva, pediu que o colegiado estude a possibilidade de incluir, entre as emendas a serem apresentadas ao projeto de Orçamento da União para 2008 pela comissão, recursos destinados a melhorar a infra-estrutura esportiva das escolas brasileiras, especialmente das públicas.

Cristovam disse que, a partir das prioridades apresentadas pelo governo

e analisadas por técnicos do Senado e do ministério, a comissão vai decidir sobre as emendas orçamentárias. O senador ressaltou que a CE tem interesse em apresentar emendas em favor do esporte porque, para ele, esse setor, juntamente com a cultura, complementa a educação.

– Não há como ter uma boa escola se as crianças não têm quadras, piscinas, lugar para balé – observou Cristovam.

Orlando Silva garantiu que a prioridade do ministério é o investimento

nas escolas do país, com a instalação de equipamentos esportivos. Ele informou que quase a metade das escolas brasileiras não conta com infra-estrutura esportiva.

Na opinião de Orlando Silva, para que um país se torne uma potência esportiva, deve haver programas esportivos em todo o país que incluam escolas e universidades em seu sistema. Ele disse esperar que o Brasil integre a elite do esporte internacional posicionando-se entre os dez melhores do mundo.

## Cristovam quer luta por ecologia e educação

Cristovam Buarque (PDT-DF) convocou os mais de 2,5 milhões de cidadãos que votaram nele na eleição presidencial de 2006 a se engajarem em uma luta em favor da educação e do meio ambiente. Ele também defendeu a implantação de programas emergenciais de combate à violência, à corrupção e ao desemprego. E propôs a adoção de um modelo de escola que seja “igual para todas as crianças, sem importar a renda da família e a cidade onde ela viva”.

– Educação e ecologia são as duas pernas de um projeto pelo qual convoco os eleitores a lutar. Educação igual para todos, para existir chance igual entre classes, e ecologia para o modelo de desenvolvimento sustentável que assegure a mesma chance entre gerações.

### Eficiência social

Cristovam explicou que o país também precisa de “eficiência social” (moradia, água e esgoto para todos) e de “eficiência econômica”, sem a qual não terá os recursos para fazer a revolução com base na educação e defesa da ecologia, além da eficiência no controle das contas nacionais.

O senador lembrou que, em discurso no Senado em outubro do ano passado, disse que ia transformar sua campanha à Presidência em um movimento permanente de defesa do ensino, denominado Educação Já. Afirmou que já visitou 25 cidades, fazendo uma caminhada com a população, além de proferir 71 palestras, sempre com o objetivo de sair da idéia de “cansei” para a de “despertei”.

– Não são as revoluções socialistas que vão servir, hoje, para fazer com que o Brasil derrube o muro da desigualdade, que nos divide internamente, e o muro do atraso, que nos separa de outros países. O que vai mudar este país é uma revolução pela educação – frisou, que recebeu apoio de Renato Casagrande (PSB-ES), Epitácio Cafeteira (PTB-MA) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

## Ciência e tecnologia podem ser instrumentos de inclusão

A ciência e a tecnologia podem ser instrumentos de inclusão social. Essa é a convicção dos representantes do Ministério de Ciência e Tecnologia que participaram ontem de audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O debate, requerido pelos senadores Flávio Arns (PT-PR) e Augusto Botelho (PT-RR), teve a finalidade de informar sobre a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – 2007, que se realiza de 1º a 7 de outubro, em todo o Brasil.

O secretário de Ciência

e Tecnologia para Inclusão Social do ministério, Joe Carlo Viana Valle, afirmou que a aplicação da ciência, da tecnologia e das inovações tem como consequência a inclusão social.

Como exemplo, Joe Valle disse que o setor de agroenergia pode ser instrumento de inclusão socioambiental, ao contribuir para o desenvolvimento econômico do país, bem como aumentar a oferta de emprego. Ele ressaltou, no entanto, que a produção de biocombustíveis deve levar em conta a preservação da Amazônia e a fiscalização, para não permitir a utilização de trabalho escravo.



Flávio Arns, entre Joe Valle e Nelson Simões, dirige audiência pública

## Representantes de ministério defendem aprovação de fundo

O subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia, Luiz Fernando Schettino, pediu aos senadores apoio para aprovação do projeto que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Ele informou que a proposta aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

Schettino ressaltou que a pasta está recuperando laboratórios e institutos em vários estados brasileiros. A intenção, disse, é desenvolver atividades qualificadas e treinar profissionais para a área de ciência e tecnologia.

Segundo o diretor-geral da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa do ministério, Nelson Simões da Silva, não há aproveitamento

do potencial das redes de internet para integrar os cientistas brasileiros. Nesse sentido, explicou, o ministério vem implantando redes que interconectam pesquisadores de todo o Brasil e da América Latina com escolas e universidades.

Simões lembrou que a ciência não é ato isolado de um pesquisador, mas um trabalho que exige colaboração. O diretor-geral afirmou que, cada vez mais, os pesquisadores trocam dados de forma muito similar à proximidade real, o que denomina de “e-ciência”.

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) salientou ser necessário mudança de comportamento das pessoas para reverter o nível de agressão ao planeta e não apenas realizar investimentos científicos e tecnológicos.